

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**  
**DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**

**N.º 7/2012**

**DIA:** Vinte e sete de dezembro do ano de dois mil e doze.-----

**HORA:** Dezanove horas e quinze minutos.-----

**LOCAL:** Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

**O PRESIDENTE:** Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

**1º SECRETÁRIO:** Eng.ª Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca  
(PPD/PSD); -----

**2º SECRETÁRIO:** Dr.ª Rosa Anita Ferreira Teixeira Conrado (PPD/PSD); -----

PPD/PSD – Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD – Dr. Rodrigo Oliveira da Silva;-----

PPD/PSD – Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD – Eng.º Jorge Miguel Martins Quental;-----

PPD/PSD – Dr.ª Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos;----

PPD/PSD – Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos;-----

PPD/DSD – Eduardo Almeida Correia dos Santos;-----

CDS/PP – Eng.º Aníbal Moreira da Costa;-----

CDS/PP – António Gomes;-----

CDS/PP – Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

CDS/PP – Albano de Oliveira Braga;-----

CDS/PP – Dr.ª Mª Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

CDS/PP – António dos Santos Sousa;-----

CDS/PP – Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

PS – Dr. João Pedro Bastos da Silva;-----

27-12-2012

PS – Manuel Sousa de Pinho;-----

INDEPENDENTE - José do Nascimento Peres;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----

PPD/PSD – Manuel Correia Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal;

PPD/PSD – Manuel Joaquim Rodrigues Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

PS – João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

PPD/PSD – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11-01,** encontra-se presente em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva. Encontram-se ainda presentes os Vereadores Dr.ª Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.ª Elisabete Soares Moreira da Rocha, Dr. José Pedro Vieira de Almeida, Eng.º José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva e Dr.ª Daniela Sofia Paiva da Silva.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que após comunicação da impossibilidade de estarem presentes os deputados municipais, Dr. António Fernando de Pina Marques e Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares, foram convocado nos termos da Lei, o Dr. Carlos Alberto de Sousa Matos e o Sr. Eduardo Almeida Correia dos Santos para preencher as vagas e participar nos trabalhos da sessão. Pediu ainda a sua substituição na sessão, a deputada municipal Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Simões de Carvalho, que, por impossibilidade de contacto com o eventual substituto, não foi substituída. -----

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente da Assembleia** deu a conhecer a correspondência recebida desde a última sessão, destacando o ofício entregue à Mesa, pelo deputado municipal, Sr. Manuel Correia de Campos, pelo qual comunica que a partir desse dia inclusive, deixa de ser membro da bancada do Partido Social Democrata.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ficando as cópias dos documentos referidos apenas à ata da sessão.-----

**O Senhor Presidente da Assembleia** sugeriu a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Manuel Luciano da Silva, aprovado por unanimidade dos vinte e nove deputados municipais presentes:-----

Voto de pesar: “Manuel Luciano da Silva terminou em 21 de Outubro de 2012 um longo e extraordinário percurso de vida que serve para demonstrar, mais uma vez, como Vale de Cambra é fértil na criação de Grandes Homens que deixam uma marca intemporal na História dos Povos e na dignificação do nome de Portugal no Mundo.-----

Médico ilustre, investigador, escritor, Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, Comendador da Ordem do Mérito e, sobretudo, um grande comunicador capaz de interagir com pessoas de todos os estratos sociais e níveis de conhecimento,

27-12-2012

Luciano da Silva personificou em vida a saudade do emigrante pela sua terra natal, pelas suas gentes, pela humildade que, do nascimento na aldeia de Cavião à glória do reconhecimento internacional, nunca deixou sucumbir à distância nem ao amor às origens.-----

Lá ficou, no longe transatlântico da coragem universalista dos mesmos navegantes e descobridores cuja diáspora tão bem divulgou, porque, como ele próprio dizia, “*a terra de um emigrante é aquela em que lhe nascem os filhos e os netos!*”, mas manteve-se português e Valecambrense até ao derradeiro sopro de vida.-----

Milhares de louvores, distinções e honrarias que lhe reconheceram o valor durante os intensos 86 anos que dedicou ao seu povo, incluindo um filme sobre a sua vida por um dos mais notáveis cineastas do planeta, não o fizeram esquecer a simplicidade das suas gentes e o carinho pelo torrão natal, a cujo convívio permanente regressou nos dois últimos anos que, de suas próprias palavras, foram os mais felizes da sua vida!-----

Vale de Cambra honra, assim, um dos filhos diletos, como Farol de humanidade que se ultrapassa a si própria e constitui o exemplo de um caminho de dignidade e sabedoria para uma juventude que o deve olhar como Mestre.”-----

**Pelo Sr. Presidente da Assembleia** foi ainda proposta a seguinte voto de congratulação: “O Sr. Dr. Manuel Luciano da Silva recebeu a título póstumo as Insígnias do Grau de Comendador da Ordem do Mérito a 6 de dezembro de 2012. A atribuição das insígnias ocorreu na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, pelo Secretário Geral da Presidência da República, Arnaldo Pereira Coutinho e pelo Chanceler das Ordens de Mérito, Embaixador António Pinto da França.-----

27-12-2012

Recebeu-o o Presidente da Associação Dr. Manuel Luciano da Silva, Dr. Pedro Laranjeira, em representação do homenageado, conforme pedido da viúva Sílvia Jorge da Silva, residente nos EUA.-----

O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.-----

**Continuando o Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos deputados municipais e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, registando-se as seguintes intervenções:-----**

**Sr. Albano de Oliveira Braga** disse que tinha na sua posse uma carta de 20 de setembro de 2011, sobre a extinção da IGAL, subscrita pelo Inspector Geral, Orlando dos Santos Nascimento, que leu na íntegra e se apensa à ata. -----

Perguntou se é aplicado a todos os municípios, o procedimento adotado pela Câmara Municipal no caso concreto da aquisição do lote nº 18 com 300m<sup>2</sup> no valor de 15 mil euros, cuja venda foi deliberada em reunião de 26/07/2011, os documentos para a realização da escritura pedidos em 30/08/2011 e na reunião de 28/11/2012 deferida a anulação do pedido de compra do lote referido. Perguntou ainda quais eram as contas da VCP, respeitantes ao 3º trimestre de 2012 e se foi contratada alguma empresa para verificar as contas da Câmara Municipal desde 2008 e se sim a que se devia tal facto.-----

**O Sr. António Gomes** pediu a transcrição da sua intervenção cujo teor é o seguinte: “Quero chamar a atenção neste fim de ano à Exm.<sup>a</sup> Câmara Municipal mais uma vez para os seguintes assuntos importantes para o concelho e por diversas vezes por mim aqui afluídos, antecipando assim que o tenha de fazer em 2013, ano de Eleições como sabem: Continua a viatura pesada abandonada na Av<sup>a</sup> das Piscinas; Passeios da Av<sup>a</sup> Burgães e a Rotunda do Malhundes por fazer; A Estrada da Granja está cheia de buracos bem como a E.M. nº. 552 em Paredes e Cavião a qual devia também levar rails nas curvas mais perigosas uma

27-12-2012

vez que é a mais movimentada no concelho; Passadeira fora do local na Av<sup>a</sup> Vale do Caima; Rebentamentos permanentes na E.N. nº 328 na Lombela e Mártir; Quem será o responsável? Já se fizeram as contas de quanto lá se gasta permanentemente? Não pode continuar assim, é feio. Velocidade muito acima do permitido na Rua de Santo António, principalmente por Bombeiros, é preciso precaver acidentes graves que podem ocasionar; A iluminação pública em Vale de Cambra passou dos oitenta para oito; os cambrenses residentes na Av<sup>a</sup> Camilo Tavares de Matos e outras pagarão mais IMI que as da Av<sup>a</sup> Vale do Caima? O Dispensário em Macieira de Cambra continua abandonado dando um aspeto horrível; Também creio ter sido abandonada a prometida Zona Industrial do Barbeito, por isso mesmo deslocaram-se e estão a deslocar-se para Sever do Vouga, industriais da nossa Terra; A sinalização de trânsito é outra conforme vai caindo, vai-se arrumando sem que se reponha outra no seu lugar; O Parque da Cidade e outros Jardins estão infestados de dejetos de cães que cada vez mais existem no concelho sem qualquer controle; O Município de Chaves fez uma candidatura para um Parque Subterrâneo no Centro Histórico, para 132 veículos, por 1,3 milhões de euros com 85% de Fundos Comunitários, ao contrário do nosso que todos temos de pagar, não haverá ainda uma solução para o efeito; E o famoso Hospital do Entre-Douro e Vouga; a Exm.<sup>a</sup> Câmara Municipal tem feito alguma coisa para isso? E o protocolo com as Estradas de Portugal com a Câmara para o arranjo da E.N. 328, desqualificada, agora, Av<sup>a</sup> Vale do Caima, que se encontra em estado crítico; para quando o seu arranjo, gostava de ver o seu estudo se é que já existe? A estrada da Sr<sup>a</sup> da Saúde, como está? -----

Parte destes assuntos já aqui foram chamados à atenção sem que ninguém se preocupasse em resolvê-los; Será, senhor Presidente da Câmara, que alguns

27-12-2012

destes pequenos assuntos irão arruinar as Finanças da Câmara Municipal?  
Disse.”-----

**O Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos** pediu a transcrição da sua intervenção cujo teor é o seguinte: “ Os meus cumprimentos a todos os presentes, Mesa da Assembleia, Câmara Municipal, ilustres deputados, funcionários de apoio, comunicação social e público em geral.-----

Não quero deixar passar a oportunidade para lamentar o encerramento do jornal local "Notícias de Cambra", que tão grandes e bons serviços prestou ao concelho. À ex-Diretora, Dr.<sup>a</sup> Sandra, votos sinceros de rápidos sucessos na sua carreira profissional de jornalista.-----

No início das minhas intervenções nesta Assembleia Municipal, nomeadamente nas sessões de 28/09/2012 e 15/10/2012, solicitei à Mesa que os textos que apresentei e li, fossem transcritos, na íntegra, para as respetivas atas, para que pudessem ser consultados por todos em geral e, em particular, pelos valecambrenses, quer na Câmara Municipal, quer através da Internet.-----

Justiça seja feita, as minhas intervenções foram efetivamente transcritas na íntegra nas Atas n.ºs 5/2012 e 6/2012, de 28/09/2012 e 15/10/2012, respetivamente, com um grande senão: Nenhuma ata da Assembleia Municipal, legislatura de 2009/2012, consta no site do Município de Vale de Cambra. Pelo contrário, todas as Atas da Câmara Municipal podem ser consultadas/lidas no site do Município. A pergunta concreta que faço ao senhor Presidente da Assembleia Municipal é, se sabia desta falha, quanto a mim impensável ou, pelo contrário, sabia de tal facto e deixou-me a pregar aos peixinhos, em sentido figurado, entenda-se, nas referidas intervenções? Seja qual for a resposta, apenas poderemos dizer que é lamentável que, pelo menos os valecambrenses,

27-12-2012

residentes ou não no país, estejam a ser privados da informação privilegiada da Internet, daquilo que os políticos locais fazem de bem ou de mal no seu concelho. Espera-se que pelo menos, as sessões de 2011 e 2012 sejam publicitadas no site do Município de Vale de Cambra.-----

Agora três intervenções muito rápidas:-----

1 - No jornal "A Voz de Cambra" da 2.<sup>a</sup> quinzena de Outubro de 2012 e "Notícias de Cambra" de 15 a 26 de Outubro de 2012, os ilustres Presidentes das Juntas de Macieira de Cambra, S. Pedro de Castelões e Vila Chã, senhores João Costa, Jorge Costa e Vítor Tavares, antecipando já a sua campanha para as próximas eleições de 2013, saúdam, e passo a citar: "Os deputados municipais que votaram a favor da pronúncia corajosa, ainda que dolorosa, da Assembleia Municipal, de agregação de Vila Cova de Perrinho e Codal e lamentam a posição daqueles que votaram contra essa pronúncia, concluindo que não estiveram à altura das suas responsabilidades para com as populações que representam. E acabam o seu "Manifesto Eleitoral" com uma manifestação de maior compreensão pela posição assumida pelos colegas Presidentes das Juntas de Codal e Vila Cova de Perrinho que votaram naturalmente contra a referida pronúncia, em defesa do seu ponto de vista da não agregação das freguesias que representam".-----

Primeiro reparo - Não se identificam no artigo pelos respetivos nomes.-----

Segundo reparo - Na ótica dos três Presidentes de Junta, os que votaram a favor da pronúncia, neste filme, são os bons da fita; pelo contrário, os que votaram contra a pronúncia, são os maus da fita.-----

No que a mim diz respeito, como Presidente da Junta de Vila Cova de Perrinho, e porque votei contra a pronúncia, não me revejo neste filme e dispenso, em nome



da população da minha freguesia, a compreensão declarada no tal "Manifesto Eleitoral", por desnecessária e deslocada.-----

Terceiro reparo - O que apelidei de "Manifesto Eleitoral", para não o ser, deveria ser presente nesta Assembleia Municipal e não na comunicação social.-----

**2** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Augusto, no jornal "A Voz de Cambra" da 1.<sup>a</sup> quinzena de Novembro de 2012, talvez plagiando o "filme" dos ilustres Presidentes das Juntas de Macieira de Cambra, S. Pedro de Castelões e Vila Chã, a que atrás me referi, lá vai dizendo e passo a citar: "concluiu-se, assim, ao contrário da pretensão de alguns membros da Assembleia, que esta esteve certa e fez o que devia em defesa dos superiores interesses de Vale de Cambra".-----

A frase é sua senhor Presidente e refere-se, logicamente, à votação da pronúncia de agregação de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, mas fica com quem a proferiu.-----

Também aqui, senhor Presidente, e porque fui dos que votaram contra a pronúncia de agregação de freguesias, não me considero o mau da fita no filme, como opina.-----

E para terminar senhor Presidente da Assembleia, posso dizer-lhe que ficou mal na fotografia com aquela frase na entrevista. É que o Presidente deste órgão, pelas funções que exerce, tem de ser apertado e relembro-lhe a velha frase: à mulher de César não basta ser séria, é preciso parecê-lo-----

**3** - Para terminar, solicito ao senhor Presidente da Assembleia que me informe se os elementos do executivo camarário, presentes nas sessões da Assembleia Municipal, são ou não abonados de senhas de presença.-----

Em caso afirmativo, com base em que legislação.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** respondeu dizendo que as doudas palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho, ainda não foram publicitadas, dado que as atas não foram ainda aprovadas. Serão tornadas públicas após aprovação, nos moldes do costume e disponibilizadas sempre que solicitadas; acrescentou ainda que a ata é um resumo do que se passa na sessão e que todas as intervenções são resumidas, exceto aquelas cujos autores pedem à Mesa a sua transcrição; sobre a notícia na Voz de Cambra, disse que enquanto Presidente da Assembleia era responsável por qualquer ato assumido nessa qualidade; sobre o pagamento de senhas de presença aos vereadores, disse que os vereadores que não exercem funções a tempo inteiro ou meio tempo, que se apresentem à Mesa da Assembleia Municipal, têm direito ao recebimento da senha de presença, sendo a sua participação na Assembleia dependente do Sr. Presidente da Câmara Municipal.- -

**O Sr. António dos Santos Sousa** falou da subida das taxas dos transportes escolares pedindo a justificação deste aumento dada a atual conjuntura de crise. Alertou para a falta de um sinal de proibição de voltar à esquerda na estrada de saída do Parque da Cidade junto à ARSOPI, o que pode originar acidentes.-----

**O Sr. Dr. João Pedro Bastos da Silva**, em nome da bancada do Partido Socialista, desejou a todos as Boas Festas. Disse que não esteve presente nas duas últimas sessões devido a questões profissionais mas que leu as atas onde o seu nome foi citado de forma desagradável. Citou a frase “só apareço quando me interessa” dita por um deputado municipal e esclareceu que tem cumprido e cumpre as suas funções de deputado municipal não admitindo que qualquer elemento da Assembleia diga que este foge à defesa dos interesses dos valecambrenses ou à defesa do combate político do Partido. Aconselha a que as acusações sejam feitas com fundamento como base de uma boa política.-----

Sobre a Reforma da Administração Local, disse que o Partido Socialista sempre foi contra ela, não por se extinguir freguesias mas porque não foi comprovado algum benefício para o país. Concordaria com uma reforma administrativa do país através de uma regionalização diferente onde poderiam estar envolvidos concelhos, outros organismos administrativos e até mesmo freguesias mas, considera ter sido feito foi um ataque aos mais fracos aos quais não foi dada escolha, possibilidade de debate, concordando que o dia da aprovação da pronúncia foi um dia negro para as autarquias, um dia negro para o país. -----

Perguntou o valor da indemnização a pagar à VCP referente a mais um ano que passou, quais as contrapartidas contratadas com a empresa, as indemnizações a pagar e qual o valor a efetuar por mês para que não haja indemnização.-----

Informou que lhe agradou ter recebido o convite para a inauguração do edifício dos Paços do Concelho facto que devolve ao centro da cidade a vivacidade perdida com a deslocalização dos Serviços. -----

Propôs a transmissão das sessões da Assembleia em direto via Internet, à semelhança do que faz o município de Águeda, como forma de aproximar a Assembleia da sua população para que esta tenha conhecimentos sobre o que cada deputado municipal faz por ela, não sendo suficiente a leitura de atas que deviam estar no site da Câmara Municipal.-----

**O Sr. António dos Santos Sousa** disse que na sua intervenção nas duas últimas Assembleias mencionou nomes porque gostava que fossem referidos os nomes. Acrescentou que o Partido Socialista não defendeu a freguesia de Macieira de Cambra apesar de ser a única freguesia do seu Partido, dizendo que previa a intervenção que acabou de ouvir. Acrescentou que em em ata consta a carta redigida por aquele além dos comentários feitos pela Sr. Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário

27-12-2012

Simões de Carvalho, segundo os quais o Partido Socialista se escusou a fazer parte de uma Assembleia sem nível.-----

Criticou a forma de atuar do deputado municipal, Dr. João Pedro Bastos Silva porque aprovou a criação de uma Comissão que depois quis abandonar, indo indicar um outro elemento da bancada para a constituir. Informou os presentes que foi remetido pela Coordenadora da Comissão, ao líder da bancada do PS, um e-mail a 16/05/2012 informando que a alteração à composição da Comissão teria de ser feita numa sessão da Assembleia, e outro email em 05/06/2012 sobre a publicação da legislação e início dos trabalhos, ao qual respondeu em 07/09/2012, indicando a deputada Municipal Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Simões de Carvalho para representar o Partido Socialista na Comissão. Esta esteve presente nas reuniões de 25 e 27 de setembro mas recusou-se a assinar a Pronúncia então elaborada, o que no seu entender, demonstrava uma falta de responsabilidade na defesa dos interesses dos valecambrenses.-----

**O Sr. Manuel Correia de Campos** disse que a Comissão foi criada para auscultar a opinião das freguesias tendo sido convidada por isso, a estar presente na sessão da Assembleia de Freguesia de Codal, convite que declinou, sabendo que esta defendeu algumas freguesias, entendendo assim, que foi preparado um embuste. Sobre a sua intervenção no final da penúltima Assembleia Municipal relativa à impugnação da deliberação tomada esclareceu que foi informado que nos termos da Lei, o Presidente da Assembleia tinha a obrigação de apresentar Moções, cartas, votos de louvor e votos de pesar antes de começar os trabalhos da sessão. Achava que o Sr. Presidente da Assembleia devia ter tido uma melhor assessoria porque ao não apresentar a Moção logo no início da sessão, fez com que se gastasse cerca de 2500€ ao município. Declarou que a sua revolta se centra na forma como a Freguesia foi tratada, o que o obrigava a tomar outras

27-12-2012

medidas, achando que não houve coragem por parte do Presidente da Câmara, do Presidente da Assembleia Municipal, do Presidente da concelhia do PPD/PSD para convocar os presidentes das Assembleias de Freguesia e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para uma reunião onde houvesse um entendimento do que era melhor para Vale de Cambra. A sua posição era defender a Freguesia de Codal mas havendo diálogo, poderia até chegar a um acordo. A atitude dos restantes presidentes de junta não foi a mais correta porque, apesar de pertencerem a uma equipa, fizeram tudo nas costas de dois presidentes. Afirmou que iria cumprir a sua decisão de pedir a demissão da bancada do partido porque tinha concorrido às eleições como Independente. Criticou a inexistência de qualquer referência histórica de Codal e de Vila Cova de Perrinho na Pronúncia, centrando-se esta somente na freguesia de Macieira de Cambra, além do não cumprimento dos trâmites legais como o número de habitantes e a existência de lugares contíguos apesar dos acertos feitos, que não se encontram em nenhum centro cartográfico, nem foram aprovados pela Assembleia como era de lei. Finalizou dizendo que a palavra dada, antigamente valia e agora não valia nada porque em 15 de janeiro foi unânime a decisão de manter as freguesias, palavra que foi esquecida por alguns, mas não por si.-----

**O Sr. João Pedro Bastos da Silva** disse que não havia qualquer carta nem indicação da sua parte sobre a alteração à comissão, foi somente comentado a intenção. Declarou que nunca recebeu qualquer carta ou e-mail da parte de ninguém nem da Assembleia a marcar uma data e local para reunir com a Comissão. O que o Partido Socialista fez para defender Macieira de Cambra foi o mesmo que fez pelas outras freguesias porque o Partido é contra esta lei da extinção das freguesias. Afirmou que uma proposta que realmente altere o mapa administrativo local os fará participar.-----

Criticou a atitude do CDS/PP e do PPD/PSD aquando da votação da aplicação da Lei na Assembleia da República, cujo voto não foi na defesa das suas freguesias, tendo já, então, o Partido Socialista votado contra. Lamentou a atitude do PPD/PSD e CDS/PP de não ter usado a sua influência junto da Assembleia da República para mudar o rumo da legislação.-----

**O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa**, na qualidade de líder da bancada do PSD, disse que todos os Presidentes de Junta, incluindo aqueles que não representam o PPD/PSD, participam nesta Assembleia por inerência de cargo. Acrescentou que a expressão de deputado municipal independente só se aplica aos deputados eleitos, lamentando a bancada municipal do PSD a tomada de posição do Presidente da Junta de Freguesia de Codal. Nada podendo fazer contra isso, esclareceu que o Sr. Presidente da Junta nunca foi forçado a votar nada que fosse contra a sua vontade. -----

Disse que a Assembleia discutirá e votará o orçamento na presente sessão, contudo, a oposição já decidiu fazer campanha sobre o orçamento e face à época que se avizinha, de compromisso com os valecambrenses, a melhor altura de discutir o assunto, seria na atividade municipal, como tinha afirmado o Sr. Presidente da Assembleia. Será também na discussão do orçamento, o momento de questionar as obras para a campanha eleitoral que se aproxima.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começa por referir que não tinha intenção de responder ao deputado municipal, Sr. Manuel Correia de Campos, mas como este fez uma afirmação que não era verdadeira tem de lhe dizer que foi presidente da concelhia do PSD e nessa qualidade fez duas reuniões para tratara de assuntos relacionados com a agregação das freguesias. Nessas reuniões aquele esteve presente, mas disso pode ter-se esquecido, concordando com o deputado municipal, Dr. António Paulo Soares Barbosa, quando este disse que os

presidentes da Junta de Freguesia têm um estatuto próprio, estando presentes na Assembleia Municipal, por inerência do cargo de Presidente da Junta. -----

Duas questões colocadas têm a ver com a VCP e o seu reequilíbrio financeiro. As palavras referidas “indenizações” e “contrapartidas” não existem neste caso e o reequilíbrio financeiro continua a ser o aprovado pela Assembleia, não tendo havido posteriores pedidos. Disse que se mantém a tentativa de resolver a questão do Parque de Estacionamento, tendo feito uma proposta ao parceiro privado no sentido da aquisição da sua quota da sociedade, para que a Câmara ficasse com a exploração do Parque na sua totalidade, esperando-se agora uma contraproposta que se concretizará após passar pela autorização do Tribunal de Contas. A confirmar-se a aquisição, abrir-se-á uma candidatura a fundos comunitários além de empréstimos bancários que a possam subsidiar, sendo contudo o processo realizado após aprovação da Assembleia Municipal. Considera, após análise feita, que fica mais barata a compra do que o reequilíbrio financeiro anual. Esclareceu que não foram contratadas empresas desde 2008 para verificar as contas da Câmara. Informou que as obras pedidas pelo deputado municipal, Sr. António Gomes, ultrapassavam os 100 milhões de euros, vindo algumas dessas obras do tempo em que aquele tinha responsabilidades na Câmara e era então, ao que lhe parece, que elas deviam ter sido executadas. Às perguntas respondeu de forma sucinta informando que a viatura abandonada na avenida das Piscinas é da responsabilidade da GNR; sobre aplicação do rail na estrada em Cavião, disse que o seu custo era elevado, havendo muitas estradas onde o colocar se fosse a opção, pelo que têm sido feitos uns pilaretes para substituir a sua aquisição. Sobre a passadeira fora do local, na Rua Vale do Caima, informou que os serviços irão verificar e retificar caso necessário. Os rebentamentos da rede de abastecimento de água são a consequência da

27-12-2012

pressão do abastecimento de água que é hipertensa devido à falta de sistemas de bombagem nos prédios com muitos andares. Por isso teve-se de aumentar a pressão na rede, que ficou em cerca de 9 a 10kg, não havendo estabilidade na tubagem que acaba por rebentar. A solução passaria pela colocação de bombas de elevação em todos os prédios com mais de 3 andares, mas nestes tempos os condomínios não têm muito dinheiro e seria assim difícil exigir-se isso. Sobre a circulação com muita velocidade na Rua de St.º António, trata-se de um problema de educação e de GNR. Sobre a iluminação, informou que o seu custo anual ascendia a cerca de 600.000 euros por ano. Para além do custo da energia, também o IVA aumentou de 6% para 23%. Houve corte de energia elétrica em poste sim poste não e mesmo assim não resultou em ganhos para pagar a diferença do IVA. Sabe que causa transtorno, compreende a situação mas não há possibilidade de aumentar a luminosidade e ainda se terá de reduzir mais, possivelmente. O problema do dispensário, este não pertence à Câmara Municipal. Sobre a criação de zonas industriais, disse que não foi aberto qualquer Quadro de Apoio Comunitário para zonas industriais, designadamente para a Zona Industrial do Barbeito, não sendo possível fazê-la de outra forma. Sobre a manutenção da sinalização, será dada ordem para a sua verificação. Sobre os dejetos de animais no Parque, a solução tem a ver com a atitude e o civismo das pessoas porque existem placas ilustrativas sobre o assunto. O hospital terá um custo de cem milhões de euros para fazer e não será fácil nesta conjuntura convencer o Governo a fazê-lo. O protocolo com as Estradas de Portugal relativo à EN 328 está feito e a estrada da Srª da Saúde será, possivelmente, uma obra a realizar.-----

Sobre as senhas de presença dos senhores vereadores nas sessões da Assembleia, disse que os que desempenham funções tal como ele não podem



27-12-2012

receber nada mais além do seu vencimento. Quanto aos da oposição durante os trinta e poucos anos de reuniões de Assembleia nunca soube que tenham recebido senhas de presença. Entenderam os senhores vereadores do CDS/PP, neste mandato, pedir as senhas de presença. Tendo a informação de este ser um pedido com cobertura legal, pagou.-----

Sobre os transportes escolares, disse que os táxis diminuíram, nos autocarros há um aumento de 3%. As juntas de freguesia que fazem transportes mantiveram o preço do ano anterior. -----

A sinalização na saída do Parque junto à ARSOPI vai ser verificada pelos Técnicos. -----

Dá as boas vindas ao Dr. João Pedro Bastos Silva, dizendo-lhe que este fazia falta na discussão política, acrescentando que há muito tempo que sabia que a agregação das freguesias poria as pessoas umas contra as outras e as deixava pouco satisfeitas. Declarou que também não concorda com a lei e nem sequer sabe que ganhos irão surgir com a sua aplicação. Mas, quem armou esta trapalhada não foi o PPD/PSD, como disse, recordando-lhe que a ideia da agregação nasce com a assinatura de um memorando de entendimento feito pela Troika e por um governo que na altura era do PS. Sabe que nenhum dos elementos da Troika tinha sonhado com a questão da agregação das freguesias e houve um iluminado que levou o assunto à discussão da Troika, que foi o Sr. José Junqueiro, então Secretário de Estado do PS. A Troika aceitou, o tema foi incluído no memorando de entendimento e foi o atual Governo PSD – CDS/PP que ficou com a tarefa de o concretizar. Acha que o atual Governo esteve mal em todos os debates e na comunicação social, ao não ter dito nada sobre a execução de uma trapalhada nascida de um ex-governante do PS, chamado José Junqueiro. -----

27-12-2012

**Dada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Elisabete Soares Moreira da Rocha**, esta esclareceu que os procedimentos relativos à venda de lotes numa zona industrial começam com um pedido de aquisição que pode terminar numa escritura pública, num contrato de promessa ou numa manifestada perda de interesse por parte do inicial comprador, tendo ocorrido todas estas situações em várias vendas de lotes em várias zonas industriais. -----

Sobre a agregação dos agrupamentos, informou que a Câmara Municipal foi convocada para comparecer na Direção Regional de Educação do Norte, bem como os Conselhos Gerais e Diretores dos Agrupamentos de Escolas, e foi comunicado que a DREN iria fazer uma proposta de agregação dos dois agrupamentos de Vale de Cambra ao Ministério da Educação. Foi expressa a nossa oposição a essa proposta mas não foram tidas em conta as opiniões nem os contributos apresentados e a DREN remeteu a sua decisão para o Ministério da Educação. Em Novembro passado a Câmara Municipal remeteu a sua deliberação ao Ministério da Educação alertando para a decisão a tomar, que não é nada favorável ao concelho nem ao projeto educativo que sairá prejudicado. Acrescentou contudo que teme que aquela decisão seja uma inevitabilidade.-----

**Intervindo, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que já tinha sido ultrapassado tempo destinado ao período de antes da ordem do dia e que este se ia encerrar, passando os deputados municipais a fazer mais intervenções no período destinado à Atividade Municipal.**-----

Após insistência, foi dada a palavra ao **Sr. Albano de Oliveira Braga** que disse ter muito respeito pelos munícipes presentes e não lhe pode ser retirado o direito de responder, não tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal razão para lhe cortar a palavra no meio da discussão. Disse que fez uma pergunta sobre o VCP e não falou do reequilíbrio financeiro mas sim nas contas de gestão da VCP e não

27-12-2012

foi dada a resposta, até ao trimestre de 2012. Falou da renegociação e quer que fique bem claro que o Sr. Presidente vendeu a ideia de que os valecambrenses não iam pagar um tostão do Parque Subterrâneo e constata-se que já se pagou 2011 e 2010 alguns meses, aceitou pagar 650 mil euros à ACA. No ano de 2012 o reequilíbrio financeiro vai pagar perto de um milhão porque a VCP em 2011 não pediu os resultados da atividade. A pergunta que não respondeu e é se foi feita alguma contratação de empresa para fazer as contas de 2008 a 2012. Sobre as senhas de presença disse que é dos poucos deputados que nunca faltou às sessões e gastou muito dinheiro do seu bolso para fazer as suas intervenções porque as suas senhas são entregues a uma instituição e cada um pode receber e doar o que recebeu. Sabe que há sessões de Assembleias feitas ao sábado, único dia que os deputados municipais estão disponíveis. Finalizou chamando a atenção para o que disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Codal quando falou em represálias dentro da Câmara.-----

**Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este passou-a ao vereador, Eng.º José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** que explicou que, apesar de não ter assento junto do executivo, não faz, por norma, intervenções como vereador da Câmara mas como estava a ser visado na questão das senhas de presença, quis esclarecer que não tem vindo às sessões, tendo isso acontecido há algum tempo atrás veio e foi informado que poderia receber a sua senha de presença declarando que abdica da sua senha de presença a favor de uma instituição de solidariedade do concelho.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interveio para retificar a informação proferida pelo vereador Eng.º José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, dizendo que foram os próprios vereadores a ter a iniciativa de apresentar aos serviços da Câmara Municipal, o que não estava correto, o pedido das suas

senhas de presença e em função disso foi verificada a legislação, concluindo-se que estes têm direito desde que informem a Mesa da Assembleia, que estão ali presentes na qualidade de vereadores e vão participar na sessão.-----

**O Presidente da Assembleia** pediu que se antecipasse o período de intervenção do público que é numeroso, pedindo que a sua intervenção fosse feita por um único elemento, alertando que a resposta poderia não ser dada na presente sessão, sendo o assunto transmitido à Câmara Municipal. -----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO:** Após a concordância dos deputados municipais, foi antecipado o período de intervenção do público e foi dada a palavra à **Sr.ª Maria Odete Tavares** que interveio na qualidade de administradora do condomínio do Edifício do Vale Grande. Disse que pretendia a ligação do saneamento aos dois edifícios, cujo pedido na Câmara Municipal remonta a 2009 e desde então não tem tido qualquer solução para a situação que se arrasta há vários anos. Reclamam a ligação do saneamento porque gastam cerca de 1200 euros mensais para despejo das fossas existentes, o que se torna insuportável, solicitando assim ajuda no prolongamento da rede de saneamento que fica a 3km do prédio.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara** que referiu que o prédio se encontra situado no limite do concelho e foi projetado e feito com fossa estanque, o que por certo se repercutiu nos preços pagos pelos adquirentes ao construtor. A solução passa por um investimento de mais de 200 mil euros, não havendo fundos comunitários para isso nem a Câmara Municipal poderá gastar tal verba para prolongar uma conduta que iria somente servir um prédio. A solução será, talvez, bombear os esgotos para o esgoto da Zona

27-12-2012

Industrial que se encontra mais perto, tal como foi feito com a água, sendo os custos suportados pelos condóminos. -----

**Ausentaram-se da sala os deputados municipais, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Maria dos Santos Tavares, Sr. António dos Santos Sousa, Sr. Dr. João Pedro Bastos da Silva e o Sr. Carlos Manuel de Almeida Gonçalves.**-----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO E DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE OUTUBRO DE 2012:**

Posta à votação a ata da sessão ordinária de 28 de setembro e efetuada uma correção no resumo da intervenção do Sr. Albano de Oliveira Braga e na do Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de 28 de setembro por maioria, com vinte e dois votos a favor e três abstenções dos deputados municipais, Sr. Dr. Rodrigo Oliveira da Silva, Dr.<sup>a</sup> Rosa Anita Ferreira Teixeira Silva Conrado e Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra.-----

Posta à votação a ata da sessão extraordinária de 15 de outubro e efetuada a correção da intervenção do Sr. Albano de Oliveira Braga a Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária de 28 de setembro por maioria, com vinte e dois votos a favor e três abstenções dos deputados municipais, Sr. Dr.<sup>a</sup> Rosa Anita Ferreira Teixeira Silva Conrado, Sr. Eduardo Almeida Correia dos Santos e Sr. Manuel Correia de Campos.-----

**Regressaram à sala os deputados municipais, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Maria dos Santos Tavares, Sr. António dos Santos Sousa, Sr. Dr. João Pedro Bastos da Silva e o Sr. Carlos Manuel de Almeida Gonçalves.**-----

***Pelo Presidente da Assembleia foi proposto o agendamento ao abrigo do art.º 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-***

***A/2002, de 11 de Janeiro, do assunto “Aquisição de Serviços de Acompanhamento, Vigilância e Controlo de Refeições, limpeza em contexto escolar e Vigilância em Transporte Escolar para o Sector de Educação”, conforme ofício da Câmara Municipal nº 5319/2012 de 27 de dezembro de 2012.***-----

Posto o agendamento à votação, este foi aprovado por unanimidade dos vinte e nove deputados municipais presentes, sendo o ponto inserido na Ordem de Trabalhos com o número 10 procedendo-se à renumeração dos pontos seguintes.

**2. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA RECRUTAMENTO DE DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS - RATIFICAÇÃO**

**DA DELIBERAÇÃO DE 11/12/2012 DA CÂMARA MUNICIPAL:** Presente para aprovação e ratificação da Assembleia Municipal, a deliberação da Câmara Municipal de 11 de dezembro de 2012, que aprovou a abertura dos procedimentos concursais comuns para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional, por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente e de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional, por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Obras Municipais e Manutenção.-----

**O Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que se reformaram, neste ano, cinco funcionários e em Dezembro, mais doze funcionários pediram a aposentação, sendo necessária, pelo menos, a admissão de um operário com a qualificação de pedreiro e um operário para o Serviço de águas, só possível através da abertura de procedimento concursal para admissão de dois assistentes operacionais.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar e ratificar a deliberação de abertura dos procedimentos concursais comuns para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional, por tempo indeterminado, para exercer

funções na Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente e de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional, por tempo indeterminado, para exercer funções na Divisão de Obras Municipais e Manutenção, por unanimidade dos vinte e nove deputados municipais presentes.-----

**3. REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:** Presente para aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação da Câmara Municipal de 11 de dezembro de 2012, que aprovou a Reestruturação Orgânica da Câmara Municipal e respetivo Regulamento.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a reorganização dos serviços municipais era uma imposição da Lei e por isso se apresenta um novo Regulamento e Organograma, com divisões de grande dimensão, a bem da operacionalidade, conforme prevê a legislação. São mantidos os Gabinetes de apoio à Presidência, de apoio à Vereação, de imprensa e Relações Públicas e Gabinete de Sanidade Animal e Alimentar. É aglutinado ao Serviço Municipal de Proteção Civil, Técnico Florestal, o Ambiente e os Serviços Urbanos. São criadas quatro divisões, a Divisão Municipal de Gestão dos Serviços Partilhados (DMGSP), a Divisão Municipal Financeira e de Controlo de Gestão (DMFCG), a Divisão Municipal de Gestão do Território e Fiscalização (DMGTF) e Divisão Municipal de Desenvolvimento Social (DMDS). Esclareceu que as atuais DRH, DAJ, Qualidade e Atendimento se fundem na DMGSP; a Divisão Financeira, agora DMFCG, dada a complexidade da legislação a que esta divisão está sujeita, entendeu-se deixar como estava; a DOMM, a DP e a DOP fundiram-se na DMGTF, tendo-se deixado a DSUA de fora desta última porque se entendeu ter lógica funcional esta ser aglutinada ao Serviço Municipal de Proteção Civil. É intenção nomear o Comandante Municipal de Proteção Civil, cujo vencimento é equiparado ao de chefe de divisão, que por isso será também responsabilizado

pelo Serviço na sua totalidade. Para a criação da DMDS foi fundida a DASE e a DCDT, que se transformam também numa super divisão. Acredita que com este documento aprovado será cumprida a legislação mas, quanto às sete divisões em funcionamento, esta não especifica a sua manutenção ou dissolução, sendo de opinião que as chefias de divisão como lugares de confiança política que são, deviam ser sempre destituídos e nomeados os seus titulares aquando da posse do executivo. -----

**O Sr. Albano de Oliveira Braga** perguntou quais eram os critérios de escolha para os novos chefes de divisão e para o responsável pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, Técnico Florestal, de Ambiente e de Serviços Urbanos.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que os critérios estão plasmados na própria lei.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a Reestruturação Orgânica da Câmara Municipal e respetivo Regulamento, por maioria de vinte e um votos a favor, com a abstenção da bancada do CDS/PP e do deputado municipal Independente, Sr. José do Nascimento Peres.-----

Ficam apenas à ata da sessão, as cópias dos documentos acima referidos .-----

**4. MAPA DE PESSOAL PARA 2013:** Presente para aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de 11 de dezembro de 2012, que aprovou o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2013.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que o Mapa de Pessoal espelha bem quais os funcionários existentes na Câmara Municipal, que é muito inferior aos existentes nos anos anteriores. Existe um grande número de Técnicos Superiores e poucos Assistentes Operacionais, sendo a proposta manter os 216 funcionários e abrir a possibilidade de admitir dezanove Assistentes Operacionais,



tendo em conta os pedidos de aposentação realizados neste ano que, a serem aceites, deixarão a Câmara Municipal quase sem operacionais. Estão previstos mais dois Técnicos Superiores, um na área de Direito, lugar previsto no Mapa de 2012 que não foi ocupado e um na área de Ciências Sociais. Propõe-se ainda a criação de um lugar de Direção Intermédia a recrutar internamente. Informou que a atual legislação apenas permite que seja admitido um funcionário por cada dois que se aposentem e por isso, pode não ser possível abrir qualquer concurso para preenchimento dos lugares previstos, mas a sua previsão é essencial.-----

**O Sr. Albano de Oliveira Braga** disse que a gestão de recursos humanos e materiais deve ser racionalizada e houve uma altura em que foi feita uma crítica à forma como as coisas eram feitas mas, havendo transparência tudo se pode fazer. Reconhece que, se se reformarem alguns funcionários, é necessária a admissão dos dezanove operacionais e dos dois técnicos superiores além de um terceiro recrutamento porque a Câmara corre o risco de ter chefes e não ter operacionais para comandar. Perguntou se o desequilíbrio vem de quando exercia funções como vereador ou se já foi nos mandatos do Sr. Presidente da Câmara. Reconhece a necessidade da admissão das pessoas e pergunta se a pessoa a admitir para a área jurídica era familiar de algum deputado do PSD.-----

**O Sr. Presidente da Câmara** respondeu dizendo que o desequilíbrio já vem de longos anos atrás e de vários mandatos passados e anteriores a si próprio, isto sem qualquer intenção de crítica a quem passou pela Câmara porque o mundo e o país vão sofrendo transformações. Nos próximos anos vão fazer-se obras públicas e os engenheiros civis que temos podem até nem chegar. Nas obras particulares, o movimento de processos diminuiu e os engenheiros são os mesmos. As admissões de Técnicos Superiores durante os seus mandatos foram poucas. Sobre a questão de admissão de um Técnico Superior de Direito,

informou que sempre houve lisura nas admissões, tendo-se recorrido a júris externos e no executivo que liderou nunca houve qualquer situação de benefício a qualquer familiar, seja de quem for.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia** interveio somente para dizer que apelou sempre aos industriais, instituições, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia que promovam o emprego porque o desemprego era uma calamidade.-----

**O Sr. Albano de Oliveira Braga** disse que não lhe custou reconhecer a necessidade da contratação prevista no Mapa e quando faz uma pergunta a sua intenção é de alertar e não para chatear. Sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que lesse a carta da IGAL que apresentou no PAOD.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2013, por maioria de vinte e um votos a favor, com a abstenção da bancada do CDS/PP e do deputado municipal Independente, Sr. José do Nascimento Peres.-----

Ficam apenas à ata da sessão, as cópias dos documentos acima referidos .-----

##### **5. ATRIBUIÇÃO DE ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO:**

Presente para aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 11 de dezembro de 2012, que aprovou a atribuição do abono para despesas de representação aos cargos dirigentes de acordo com a nova Estrutura Orgânica da Câmara Municipal.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** lembrou que não era a primeira vez que o assunto era discutido mas que se alteraram os pressupostos. Na sessão de setembro foi indeferido um pedido de atribuição de abono a sete divisões, sendo as atuais somente quatro, que vão ser super divisões, sendo os seus dirigentes, tal como os políticos, responsabilizados civil, criminal e financeiramente pelos seus atos. Acrescentou que a não atribuição do abono para as despesas de

representação aos futuros dirigentes constitui uma injustiça, deixando à consideração dos deputados municipais a sua aprovação.-----

**O Sr. José do Nascimento Peres** disse que na sessão de setembro já evidenciou a sua posição mas que, apesar da atribuição do presente abono ser feita somente a quatro pessoas, mantém os argumentos invocados. A alteração decorre da reestruturação mas reconhece que a votação seja diferente da anterior porque acredita que a disciplina de voto irá funcionar.-----

**O Sr. Albano de Oliveira Braga** referiu que este assunto foi reprovado na sessão de setembro e surpreendeu-o o agendamento do mesmo assunto na atual sessão. Solicitou coerência na votação porque o país continua em crise. Informou que existem chefes de divisão privilegiados, que exercem outras atividades e têm outros rendimentos além do salário auferido dentro da autarquia. Afirmou que a atitude de alguns chefes de divisão para com os Presidente de Junta de Freguesia e outros munícipes se modificou após a não aprovação deste abono na sessão de setembro, situação que considerou inqualificável, devendo os chefes de divisão, que não gostaram da decisão tomada, solicitar a demissão do lugar. Pessoalmente, disse que não sentiu qualquer animosidade da parte de qualquer chefe de divisão mas fala disso por uma questão de solidariedade com quem foi incomodado com a atuação de alguns chefes de divisão.-----

**O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa** disse que na sessão de setembro já tinha afirmado que o abono decorria da lei e deveria ser pago tendo em conta que o abono em si representava uma compensação às chefias pelas suas responsabilidades acrescidas. Disse e reafirma que lamenta que alguns deputados municipais não sejam capazes de mudar de opinião porque não considera errada a mudança de opinião pois se se muda, poderá a decisão coincidir com uma boa decisão. Outra questão é a do acréscimo de

responsabilidade que os futuros chefes de divisão, cuja identidade ainda não se sabe, irão ter, que será pessoal, civil e criminal. Na próxima Assembleia, se estes abonos forem aprovados, disse que talvez os chefes de divisão, à semelhança de alguns vereadores, doem estes abonos a instituições de solidariedade social.-----

**O Sr. Dr. João Pedro Bastos da Silva** interveio dizendo que só pretende saber qual o salário dos chefes da divisão, que certamente é superior a todos os outros, porque já representa uma compensação pela sua responsabilidade. Concorde que os custos de representatividade referentes ao seu trabalho efetuado ao serviço do município, possam ser apresentados e pagos. Perante os outros funcionários a responsabilidade é igual, porque todos são responsáveis pelos seus atos incluindo os próprios deputados municipais ali presentes. -----

**O Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa** referiu que parece que a Câmara Municipal está melhor economicamente mas também ouviu dizer que há menos trabalho, há mais tempo e há algo que não o faz mudar o sentido de voto que é a crise que existe. Disse que o empenho das pessoas não passa pela atribuição de um aumento do vencimento e, existindo alguém merecedor de recompensa, devia dar-se um prémio que podia ser em férias, por exemplo. Não é uma questão de merecimento pois a Câmara Municipal devia dar e não retirar como foi presenciado pela intervenção feita pelo público; a nível europeu acha que Portugal está muito atrasado e Vale de Cambra está no final da lista dos concelhos com o saneamento por fazer na sua totalidade porque não há verbas. Pensa que se não há verbas para obras também não se deviam afetar verbas permanentes, quer seja bom ou mau o desempenho da chefia. A repetição do pedido a uma Assembleia que é civil e criminalmente responsável devia implicar a manutenção da decisão, manifestando-se contra a aprovação conforme fez na primeira votação sobre o assunto.-----

27-12-2012

**O Sr. António dos Santos Sousa** interveio somente para dizer que ia mudar o seu sentido de voto porque pensa que o valor é um simples incentivo para quem trabalha, para quem tem mais responsabilidades assumidas. As chefias têm sofrido cortes nos salários e acredita que quem não recebe não produz.-----

**O Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos** declarou que quando questionou a Mesa sobre se os vereadores presentes na sessão recebiam senhas de presença e, obteve a resposta do Sr. Presidente da Câmara de que nos últimos 30 anos aqueles não receberam qualquer senha de presença, não quis ofender nem atacar ninguém. Disse ainda que o presente tema foi debatido na sessão de 28-09-2012, citando a argumentação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara que está em ata e que repetiu nesta sessão. Disse que por alguns deputados municipais foi questionada a legalidade da medida que se traduz num aumento de vencimento. Falou da intervenção do Dr. António Paulo Soares Barbosa na anterior sessão, parecendo-lhe que assumiu a posição dos membros do partido ao dar-lhes liberdade de voto na questão e falou que o próprio Presidente da Assembleia também exprimiu essa posição, facto que não consta em ata. Pensa que os deputados votaram em consciência na altura.-----

Leu o Despacho n.º 26/P/2012, do Sr. Presidente da Câmara, a propósito do ofício recebido na Junta de Freguesia que dá conhecimento ao seu Presidente do seguinte: “Numa perspetiva de melhoria constante na qualidade dos serviços prestados, que está nos desígnios deste executivo municipal, designadamente no atendimento externo, e no sentido de conceder um atendimento privilegiado aos restantes órgãos autárquicos, determino que o atendimento dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, pelas Chefias de Divisão da Câmara Municipal, passe a fazer-se em exclusivo e exclusivamente às quartas-feiras de manhã.”-----

27-12-2012

Disse que o Despacho foi recebido no dia 18/10/2012 e no dia seguinte, ao comparecer no Edifício Municipal por solicitação da Técnica Superior, Sr. Eng<sup>a</sup> Vera Silva a fim de tratar assuntos da Freguesia, foi impedido de o fazer com a informação que só poderia ser atendido às quartas-feiras.-----

Informou que face à situação gerada, remeteu o ofício nº131/2012, de 23/10 que se transcreve: “Acusamos a receção do ofício do ofício n.º 4164/2012, de 2012/10/11, dessa Câmara Municipal, que agradecemos. A medida ora tomada, que peca por tardia dado o mandato desta legislatura estar a chegar ao fim, é salutar e saúda-se. E dizemo-lo com agrado, dada a nossa experiência em gestão pública, adquirida ao longo dos anos, apesar dos assuntos de Vila Cova de Perrinho serem tratados pelo Presidente da Junta diretamente com os senhores vereadores ou com V. Ex.<sup>a</sup>, e não com as Chefias de Divisão. O contrário é verdadeiro, na medida em que o Presidente da Junta de Vila Cova de Perrinho conhece, melhor que ninguém, a sua freguesia e sempre esteve e estará disponível 24 horas por dia, através do telemóvel, para ajudar e apoiar os seus concidadãos e os Serviços desse Município nas suas solicitações, que são algumas, aliás como lhe compete. Seria importante, na mesma linha de orientação descrita no Despacho 26/P/2012, que fosse estipulado, com urgência, um dia ou uma tarde por semana, para os Presidentes da Junta, que representam toda uma população local de uma autarquia, serem recebidos, condignamente, pelo responsável do executivo municipal da área de competência das Juntas de Freguesia, conforme Edital de 2009/11/05, remetido a este executivo pelo ofício nº 10485, de 2009/11/06, dessa Câmara Municipal.-----

Disse que a saída do Despacho referido, quase no término do mandato e após a não aprovação do abono para as despesas de representação para as chefias na sessão da Assembleia Municipal foi visto como uma reprimenda a todos os

Presidentes de Junta, fosse qual fosse a sua votação. Concluiu dizendo que todos os contactos a partir de então, foram feitos oficiosamente, tendo somente entrado no Edifício Municipal quando convocado para reuniões. Quanto à votação do ponto disse que o vai fazer sem “ferrolhos” partidários e em consciência.”-----

**O Sr. António Gomes** disse que não era por si que os chefes de divisão iriam deixar de receber o abono porque, tal como na outra sessão, se iria abster. Apelou ao que um homem de idade ali disse, “haja um bocado de decência e dignidade” pois não se pode ser um homem de vila meã, que diz uma coisa à noite e não a confirma de manhã. Falou que concorda com o que disse o deputado municipal, Sr. Manuel Correia de Campos quando este disse que tem de haver dignidade nas atitudes e votações, fazendo cada qual o que entende.----

**O Sr. Eduardo Almeida Correia dos Santos** disse que já tinha sido atribuído o aumento de 180,00 euros e, num tempo em que se torna proibido qualquer aumento, era de pensar. Acrescentou que existiam muitas pessoas em Vale de Cambra que nem sequer esse ganho tinham e que em tempos ocupou posições de chefia sendo-lhe somente pagas as despesas que apresentava porque realmente, as gastava. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia** corrigiu o deputado municipal esclarecendo-o que não tinha havido nenhum aumento de 180 euros.-----

**Continuando, o deputado municipal** chamou a atenção para a intervenção do chefe da bancada, Dr. António Paulo Soares Barbosa, alertando-o para o facto deste não mandar no seu voto, devendo este simplesmente dar a sua opinião, porque só dizia amém quando ia à igreja.-----

**O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa** esclareceu que a liberdade de voto na bancada era total. Acrescentou que nunca diria na sessão que era de sua vontade a aprovação de um assunto mas que o seu voto iria ser a abstenção, bem como

nunca diria para a bancada se abster ou votar contra sempre que se trata de assuntos relacionados com recursos humanos. Finalizou dizendo que a mudança de opinião era sempre possível, citando a frase “só os burros é que não mudam”.-

**O Sr. Eduardo Almeida Correia dos Santos** voltou a intervir para pedir explicações sobre quem era o visado na discurso do deputado municipal, porque acha que apesar deste ser licenciado em direito, lhe faltava a disciplina de religião e moral.-----

**O Sr. Dr António Paulo Soares Barbosa** pediu o direito de defesa da honra, o que lhe foi concedido. Disse que nunca faltou ao respeito a ninguém nesta Assembleia ou fora dela e muito menos o faria a pessoas que têm muito mais do que a sua idade e terminou referindo o adágio popular “a carapuça só serve a quem a enfiar”.-----

**O Sr. Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira Matos** disse que iria manter o seu voto, independente de qualquer disciplina de bancada. Sobre ser burro ou não ser, disse que só enfia a carapuça, realmente, quem a tem de enfiar e que a expressão, ao ser proferida pelo Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa, só a ele a caberia enfiar. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** respondendo ao deputado, Dr. João Pedro Bastos Silva, disse que não sabia o ordenado dos chefes de divisão de memória, mas que o ordenado de alguns Técnicos Superiores era muito superior ao de chefe de divisão porque já estão no topo da carreira. Esclareceu que qualquer funcionário que tenha despesas em deslocações e almoço devido a trabalho externo tem direito ao seu pagamento, de acordo com a legislação. O legislador devia ter em conta o que fez na Administração Central onde é obrigatória a atribuição deste abono. Esclareceu que o presente abono não era um aumento de salário mas sim uma compensação pelo exercício de funções de chefia. Sobre a questão posta



27-12-2012

pelo Sr. Presidente da Junta de Vila Cova de Perrinho relativa ao Despacho proferido, disse que este surgiu face à dificuldade apresentada por alguns Presidentes de Junta em serem atendidos juntamente com o público em geral. Para que não esperassem muito tempo para serem atendidos, criou-se um dia próprio para o seu atendimento, sendo que o seu atendimento aos presidentes da junta, bem como o dos vereadores, era em dia indiferenciado tendo em conta que todos eles têm os seus números de telemóvel, sendo sempre atendidos.-----

**O Sr. Manuel Correia Campos** disse que queria fazer uma esclarecimento a propósito do atendimento dos chefes de divisão: Após receção do despacho 26/P/2012, numa quarta feira, pediu para ser atendido por uma chefia que ao recebê-lo, questionou o facto deste ter votado contra uma proposta de atribuição de “uns míseros 100 euros” citou. Informou a referida chefia que a sua presença se devia a outro assunto mas dada a sua insistência em falar da deliberação da atribuição do abono para as despesas de representação, teve de abandonar a sala. Acrescentou que os ofícios recebidos sobre o dia de atendimento das chefias podiam não ter nada a ver com a deliberação mas que o facto deixava dúvidas, tendo em conta o momento do seu envio. Declarou que ia manter o seu sentido de voto, questionando a legalidade do agendamento do assunto, tendo em conta a sua reprovação na sessão ordinária anterior. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** respondeu que o Sr. Manuel Correia de Campos o devia ter informado da ocorrido para evitar a discussão da situação na sessão.-----

**O Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos** declarou que deixou de frequentar o edifício da Câmara desde 19-10-2012, devido ao Despacho referido, mas que não tem razão de queixa do atendimento de qualquer chefia apesar de já ter ouvido algumas afirmações nesse sentido. Quanto ao atendimento pelo Sr.

Presidente da Câmara, disse que devia ter azar nas tentativas que fazia quando lhe ligava por telemóvel.-----

**O Sr. Albano de Oliveira Braga** perguntou somente se os chefes de divisão têm de trabalhar em regime de exclusividade.-----

**O Sr. Jorge Tavares da Costa** disse que nem sempre cumpre o Despacho mas que sempre que vinha ao edifício da Câmara Municipal era bem atendido e que quando ligava ao Sr. Presidente da Câmara, este o atendia ou lhe devolvia a chamada.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a atribuição do abono para despesas de representação aos cargos dirigentes, de acordo com a nova Estrutura Orgânica da Câmara Municipal, por maioria de dezassete votos a favor, com uma abstenção do deputado municipal, Sr. António Gomes e com onze votos contra dos deputados municipais da bancada do PS, do Sr. Manuel Correia de Campos, Sr. Eduardo Almeida Correia dos Santos, Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa, Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, Sr. Albano de Oliveira Braga, Dr.ª Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos e Sr. José do Nascimento Peres.-----

**Declaração de voto do deputado municipal, Sr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos:** “O conceito que tinha de abono de Despesas de Representação, de uma maneira geral, era que se destinavam a compensar o acréscimo de despesas exigidas no desempenho de determinados cargos ou funções de relevo, atenta a necessidade de garantir a sua dignidade e prestígio, para compensação de despesas com receções, refeições, espetáculos, etc.-----

O Caso concreto aqui apresentado parece-me mais ser um acréscimo mensal de vencimento. Contudo, tive oportunidade de consultar, via Internet, a posição de

27-12-2012

várias Câmaras Municipais do país que, do mesmo modo, atribuíram tal abono aos seus dirigentes. Havendo ilegalidade há, portanto, muitos prevaricadores.-----

A Câmara Municipal de Vale de Cambra tem juristas ao seu serviço que, com certeza, opinaram sobre a questão. Nesse sentido, parto do princípio que o meu voto favorável está dentro da lei.”-----

Ausentou-se da sala a deputada municipal Dr.<sup>a</sup> Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro.-----

**6. FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS:** Presente para aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação da reunião de 11 de dezembro de 2012, que aprovou a participação do Município no IRS relativo ao ano 2012 e fixa a taxa em 4% (quatro por cento), nos termos do art.º 20 da Lei das Finanças Locais.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que a lei permite aos Municípios dispor de 5% do IRS dos contribuintes possibilitando-lhes manter ou diminuir essa taxa. É de opinião que se devia baixar esta taxa na proporção do abaixamento que o Governo fizesse na sua taxa, que atinge os 95%. Mas em vez disso, este tem sobrecarregado os trabalhadores, a classe média e a média baixa com medidas adicionais. Face aos sacrifícios que os contribuintes vão ter de fazer e atendendo à saúde financeira da Câmara, esta propõe o abaixamento da taxa de 5% para 4%, sendo arrecadados menos cerca de cem mil euros. Declarou que esta medida não poderá ser garantida nos próximos anos mas que neste ano se faz um esforço que implicará certamente a não satisfação de algumas solicitações mas que os valecambrenses o mereciam.-----

**O Sr. Dr. João Pedro Bastos da Silva** felicitou o Sr. Presidente da Câmara pela decida de 1% na taxa de IRS, pensando no povo de Vale de Cambra. Considerou que o valor monetário correspondente irá também ajudar o pequeno comércio

tradicional. Considera também que o valor deve ser destinado a instituições sociais, às famílias carenciadas e principalmente servir de forma de financiamento de atividades culturais e recreativas tendo em conta que estas iniciativas contribuem para o bem estar dos valecambrenses, atividades que não têm sido realizadas pela Câmara Municipal.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a participação do Município no IRS relativo ao ano 2012, fixando a taxa em 4% (quatro por cento), nos termos do art.º 20 da Lei das Finanças Locais, por maioria de vinte e três votos a favor, das bancadas do PPD/PSD e PS e dos deputados municipais, Sr. António dos Santos Sousa e Sr. José do Nascimento Peres, com dois votos contra dos deputados municipais, Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa e Sr. Albano de Oliveira Braga e com três abstenções dos deputados municipais, Sr. António Gomes, Dr.ª Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra e do Sr. Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos.-----

**Declaração de voto do deputado municipal Sr. António dos Santos Sousa:**

“Votei a favor porque os valecambrenses, quando há uma descida, por muito pouco que seja, é para os beneficiar e eu, como valecambrense e beneficiador, sinto-me no direito e com a moral de ajudar quem necessita, estando acima dos interesses do partido, os interesses do povo.”-----

**Declaração de voto do Sr. Albano de Oliveira Braga:** “Votei contra porque acho que a descida deveria ir mais além do que o que foi proposto pela Câmara.”-----

**Regressou à sala a deputada municipal Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro.**-----

**7. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE A COLETA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (IRC) NO ANO DE 2012:** Presente

para aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação da Câmara de 11 de

27-12-2012

dezembro de 2012, que aprovou o lançamento da Derrama nos termos do art.º 14 da Lei das Finanças Locais, fixando em 1,5% (um e meio por cento) a taxa a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC relativo ao ano 2012 das empresas com volume de negócios superior a 150.000,00€, excetuando da aplicação da taxa, as empresas com um volume de negócios inferior àquele valor.

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** explicou que já no ano anterior foi aplicada uma taxa de 1% às empresas e ao comércio que faturava até cento e cinquenta mil euros e 1,5% a quem faturava acima desse valor. Neste ano, dada as dificuldades acrescidas, a taxa de derrama a incidir sobre o lucro das empresas, dos comércios e das micro empresas que se propõe à aprovação da Assembleia Municipal é de 0% para faturação até ao valor de cento e cinquenta mil euros e 1,5% para a faturação acima desse valor. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o lançamento da Derrama nos termos do art.º 14 da Lei das Finanças Locais, fixando em 1,5% (um e meio por cento) a taxa a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC relativo ao ano 2012 das empresas com volume de negócios superior a 150.000,00€, excetuando da aplicação da taxa, as empresas com um volume de negócios inferior àquele valor, por maioria de vinte e três votos a favor, das bancadas do PPD/PSD e PS e dos deputados municipais, Sr. Albano de Oliveira Braga e Sr. José do Nascimento Peres, com um voto contra do deputado municipal, Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa e cinco abstenções dos deputados municipais, Sr. António Gomes, Sr.ª Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, Sr.ª Dr.ª Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, Sr. António dos Santos Sousa e Sr. Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos.-----

**Ausentou-se da sessão o deputado municipal, Sr. Eduardo de Almeida Correia dos Santos.**-----

## **8. ORÇAMENTO PARA 2013 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA**

**2013/2016:** Presente para aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação da reunião da Câmara Municipal de 11 de dezembro continuada a 15 de dezembro de 2012, que aprovou os documentos relativos ao Orçamento para 2013 e Grandes Opções do Plano para 2013/2016.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que com a entrada em vigor da Lei nº 8/12 em Março passado, o orçamento agora apresentado terá de se ajustar o máximo possível à realidade específica do nosso Concelho. Este é pois o orçamento possível, atendendo aos constrangimentos impostos por Lei e fruto da situação económica que o País atravessa. Passou a explicar o Orçamento feito bem como as Grandes Opções do Plano, conforme se transcreve: “Este é, desde que estou à frente dos destinos do nosso Município, o mais baixo orçamento apresentado, pese embora o fato de 2013 ser ano eleitoral. Em termos comparativos com o orçamento de 2012, há uma diminuição de 21,4%.-----  
Fui por isso mesmo acusado em reunião de Câmara pelos vereadores do CDS/PP de apresentar um orçamento “onde não se vislumbra nada de novo e nem define uma estratégia para o Concelho”.-----

Não é verdade, pois este orçamento tem uma estratégia bem definida, e que estou certo os valecambrenses vão mais uma vez, compreender, e que é a seguinte: depois de alguns anos de grandes investimentos, quer sejam nas zonas industriais, na educação (novos centros escolares), no bem estar da população (parque da cidade), na melhoria significativa da nossa rede viária, na recuperação do edifício dos Paços do Concelho, etc. torna-se agora necessário aliviar o investimento, pagar essas obras e pormos as contas do Município em dia. Estou certo que a população irá compreender mesmo em ano eleitoral este esforço que iremos fazer em 2013 para nos alavancarmos em termos financeiros para o novo

27-12-2012

QEC – Quadro Estratégico Comum 2014/2020, bem como para os novos desafios que vão ser exigidos às autarquias no âmbito da nova Lei das Finanças Locais em aprovação.-----

É por isso que estão contemplados 570.000 euros para liquidação de cessão de créditos, 2,2 milhões de euros para amortização de empréstimos e 185.000 euros para juros desses empréstimos. (só aqui diminuiremos a dívida da Câmara Municipal em cerca de três milhões de euros), mas se somarmos este valor os 2,1 milhões de euros previstos pagar no PAEL (dívida anterior a Março de 2012) este valor ascende a 5 milhões de euros.-----

Apesar deste esforço atrás descrito, que vai na linha daquilo que nos é pedido pelo Governo da República, não descaramos investimentos que vão ao encontro da satisfação das necessidades dos Municípios.-----

Passo a descrever alguns deles: Centro Escolar do Búzio, Estrada de ligação à Sra. Da Saúde, apoio à construção da Capela Mortuária de S. Pedro de Castelões, beneficiação da Avenida Vale do Caima até Entre Pontes, e pavimentação de diversas vias do concelho.-----

Apoio à Construção do novo quartel dos Bombeiros Voluntários, delegação de competências nas Juntas de Freguesia com uma verba mensal de 22.000€, mantém-se o grande esforço financeiro na educação, em transportes escolares, serviços de refeições e livros, e a finalização do PRU (regeneração urbana) onde ainda estão contemplados perto de meio milhão de euros. Estão ainda previstas várias intervenções de manutenção de equipamentos e espaços públicos.-----

Vamos fazer tudo isto sem recurso a qualquer aumento de impostos. Pelo contrário, até baixamos alguns deles como o IRS e a Derrama, mantivemos o IMI pese embora o facto dos escalões terem passado para intervalos de 0,3% a 0,5%; com 0,35% estamos a 5 centésimas do mínimo”.-----

**O Sr. António Gomes** comentou que dada sua intervenção anterior sobre o orçamento, quer deixar claro que é muito grave a aprovação do reequilíbrio financeiro da VCP, tendo em conta que não foi por unanimidade da assembleia. Sobre a resposta dada pelo Presidente da Câmara citou a sua comunicação dizendo que parte destes assuntos já ali tinham sido chamados a atenção sem que ninguém se preocupasse em resolvê-los. Acredita que os pequenos arranjos não iriam arruinar as finanças da Câmara, não tendo referido nenhuma obra megalómana cujo custo chegasse aos 100 milhões de euros, o que seria um exagero. Sobre as despesas do orçamento, algumas obras megalómanas feitas no concelho levaram milhões do orçamento, apesar das comparticipações, tendo os valecambrenses ficado sem a verba de mais de um milhão de euros não sendo muito o pedido que fez para as obras na sua freguesia.-----

**O Sr. José do Nascimento Peres** disse que a assembleia discute até à exaustão determinados assuntos e noutros mais graves, fica sereno. Neste assunto acha que o Orçamento é um exercício virtual, de intenções e comparando-o com 2012, notou que não há alterações significativas e existindo diferenças brutais ao nível de despesas e receitas de capital. Da sua breve análise e comparação com o orçamento de 2012, apurou uma quebra de 7 milhões de euros na receita e denotando-se na despesa também uma diferença talvez resultante de um desinvestimento. Pediu uma explicação sobre o valor inscrito no orçamento relativo na rubrica Outras Despesas.-----

**O Sr. Dr. João Pedro Bastos da Silva** comentou que o orçamento teve um abaixamento de 21% em relação ao ano passado e perguntou se este facto se deve ao PAEL e suas consequências. Disse que o orçamento se aproximava da realidade, o que sempre se pediu na Assembleia, embora os valores da despesa e da receita previstos sejam impossíveis de concretizar. Tem consciência das



dificuldades que os valecambrenses atravessam, entre os quais o comércio tradicional que vê fechar a cada dia que passa. Quis saber se existiam comparticipações para as instituições sem fins lucrativos que promovem atividades para os jovens na área da cultura e desporto.-----

**O Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa** disse não vê a profundidade da aplicação do orçamento, faltando um plano de atividades onde devidamente fossem dadas as bases do que foi feito e do que falta fazer, quais as metas a atingir porque se está a perder população, não se vislumbrando nestes Plano de Atividades e Orçamento, meios de fixar os jovens em Vale de Cambra nem a indústria e o comércio. Disse que o desenvolvimento económico era constante, havendo nos últimos anos um decréscimo, esperando atitudes do executivo que permitam um retorno do perdido nos últimos anos. -----

**O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa** disse somente que se torna difícil tecer considerações sobre um documento feito pelo executivo que em nada é eleitoralista e até do agrado da oposição, como foi ali dito, porque reduzia a despesa em 21%, facto que não tráz muitos votos. Disse que se trata de um documento onde se verifica que vão ser pagas obras e dívidas feitas, aconselhando o Sr. Presidente a não tomar esse caminho porque este não lhe iria dar votos. Fazer obra e pagar o seu custo é uma questão de responsabilidade, mas é um facto que não vai trazer votos assim como não constar qualquer obra a executar no próximo ano. Julga ser um orçamento feito de acordo com a oposição que com certeza votará a favor, sentindo que se está a prejudicar o PPD/DSD de Vale de Cambra e o seu futuro candidato que vai necessitar de muita imaginação e iniciativa para manter o rumo do concelho.-----

**O Sr. Albano de Oliveira Braga** disse que o importante não é fazer política mas sim fazer as obras nos diversos sectores de atividade e pagar a dívida. Acha

incorreto ter dívidas de longa data e ainda mais se estas são com empresas de Vale de Cambra. A diminuição do endividamento da Câmara Municipal deveria ter em conta uma acutilante poupança corrente, combate ao desperdício, rigor e acompanhamento das empreitadas, fazer sempre consultas de preços e abrir sempre concursos para além da exigência legal, por uma questão de transparência e a bem da gestão da coisa pública. Considera inadmissível nas obras feitas também com fundos comunitários, a apresentação de processos judiciais com pedidos dos empreiteiros relativos a valores de trabalhos a mais, de incumprimento, por negligência.-----

**O Sr. António Gomes** interveio somente para desmentir as palavras proferidas pelo Presidente da Câmara e pelo Deputado Municipal Dr. António Paulo Soares Barbosa, dizendo que é mentira não constar no orçamento obras em Vale de Cambra. Na sua freguesia existem pequenas obras e se consultar as Grandes Opções do Plano verifica-se a menção do Centro Escolar de Macieira de Cambra, à continuação das obras de Regeneração Urbana, a Ligação à da Sr.<sup>a</sup> da Saúde, a Retificação da Av. Vale do Caima, apoio à construção da Casa Mortuária de S. Pedro de Castelões e apoio à construção do Quartel dos Bombeiros.-----

**O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa** respondeu, agradecendo a correção feita e dizendo que se referia a obras megalómanas usando as próprias palavras proferidas pelo deputado municipal, Sr. António Gomes. Complementando a sua intervenção anterior, disse que já descobriu que será na admissão de pessoal operário que o Sr. Presidente da Câmara vai ganhar votos mas, como as admissões estão congeladas não compreende como isso irá ocorrer.-----

**O Sr. António Gomes** comentou que o que estava em discussão eram as Grandes Opções do Plano e pediu uma resposta sobre o valor de um milhão de euros, valor questionado pelo deputado municipal, Sr. José do Nascimento Peres,

27-12-2012

que no seu entender será gasto em restauração de pavimentos porque vai haver eleições.-----

**O Sr. Presidente da Câmara** respondeu dizendo que quem trabalha quer receber sendo essa a sua aposta para o próximo ano. Disse que o Parque da Cidade era o seu sonho, não tendo enganado os eleitores que lhe deram a maioria. A última fase do Parque e as suas Vias envolventes e a restauração do edifício dos Paços do Concelho somam a quantia de 8,1 milhões de euros, garantindo que 95% desse valor está pago e os restantes 5% só poderão ser pagos após a realização da vistoria pela entidade financiadora, QREN. Tem acompanhado o discurso feito na Assembleia sobre o orçamento e, as intervenções que eram sempre à volta na despesa corrente, mudaram nos últimos anos. Existe um esforço para descer a despesa corrente e o estudo que está a ser feito vai proporcionar uma maior economia, divisão a divisão. Em ano eleitoral considera realmente um risco apresentar um orçamento destes parecendo que é de alguém que não quer ser candidato. Existe essencialmente a vontade de pagar as dívidas e pôr as contas em dia como forma de preparar o município para o Quadro 2014-2020, porque quem não tiver as contas em dia não poderá fazer candidaturas ao próximo Quadro Estratégico Comum QEC - 2014-2020, que será um Quadro orientado para a melhoria de qualidade de vida das populações. Informou que nunca o ano foi fechado com menos de 17 a 18 milhões de euros de receita e que as alterações de rubricas e a inclusão de valores na rubrica Diversos se devia ao aconselhamento do Revisor Oficial de Contas do Município. Daí surgir o valor de um milhão previsto na rubrica de iluminação, porque a Câmara Municipal gasta em iluminação pública, incluindo edifícios públicos e escolas, cerca de 935 mil euros por ano. Disse que estão contempladas verbas em despesas correntes e de capital para as associações e ação social bem como apoio à construção do novo

Quartel dos Bombeiros. Já reconheceu em anteriores sessões que os orçamentos eram por vezes empolados, não vendo qualquer problema nisso e que o facto dava a possibilidade à Câmara Municipal de concorrer a um fundo comunitário que viesse a existir por ter já contemplado a realização de determinada obra no Plano, o que não poderia fazer se não estivessem previstos recursos orçamentais

**O Sr. José do Nascimento Peres** perguntou a que se devia o aumento da despesa corrente em 300 mil euros porque se disse que baixou a despesa, não entendendo a diferença das contas deste ano comparadas com as do ano passado.-----

**O Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a diferença de valor se devia à admissão de pessoal prevista no respetivo Mapa.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Orçamento para 2013 e Grandes Opções do Plano para 2013/2016, por maioria de dezasseis votos a favor, com dois votos contra dos deputados municipais, Sr. José do Nascimento Peres e Sr. Albano de Oliveira Braga e dez abstenções dos restantes elementos da bancada do CDS/PP, da bancada do PS e do deputado municipal, Sr. Manuel Correia de Campos.-----

Declaração de voto do deputado municipal, Sr. Manuel Correia de Campos: “Abstive-me porque, à Junta de Freguesia de Codal foi cortada, nos últimos três anos, cerca de 40% da verba que usualmente recebia, havendo despesas que poderiam ser pagas pelo orçamento da Freguesia.”-----

Ficam apenas à ata da sessão, as cópias dos documentos acima referidos.-----

**Ausentou-se da sessão da deputada municipal, Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares.**-----

## **9. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIAS DO MUNICÍPIO:**

Presente para aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação da reunião de

11 de dezembro de 2012, que aprovou a delegação de competências nas freguesias de Arões, Cepelos, Codal, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, S. Pedro de Castelões, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho, -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** informou que para as Juntas de Freguesia receberem transferências de verbas na respetiva proporção do FEF, deve ser aprovada a delegação de competências. A verba é mais baixa que no ano anterior, mas constituí um esforço para a Câmara que o faz tendo em conta que são as Juntas de Freguesia quem serve as populações mais diretamente.-----

**O Sr. José do Nascimento Peres** disse que concorda com os protocolos e pede que lhe confirme se as transferências vão ser feitas mensalmente ou se só acontecem após a realização dos trabalhos protocolados. Perguntou ainda qual é o critério seguido para a atribuição dos valores referidos e que se entende por despesas de protocolo.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que começam a receber em Janeiro, as Juntas de Freguesia que apresentarem o relatório comprovativo das obras executadas em 2012. Quanto à forma de atribuição, esta é feita pela Câmara Municipal da mesma forma que o Estado faz na atribuição do FEF às Freguesias. As despesas de protocolo estão previstas na lei e relacionam-se com a burocracia.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a delegação de competências nas nove Freguesias do Município nas áreas a) Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da Freguesia; b) Conservação e limpeza de ruas e passeios na área da Freguesia; c) Colocação e manutenção de sinalização toponímica na área da Freguesia; d) Despesas de protocolo, com os valores constantes no Mapa que fica apenso à ata da sessão e ainda a transferência de verbas, autorizando a celebração do respetivo protocolo a vigorar de 1 de Janeiro a 31 de

27-12-2012

Dezembro de 2013, por maioria, com vinte e seis votos a favor e a abstenção do deputado municipal Independente, Sr. José do Nascimento Peres.-----

**10- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO, VIGILÂNCIA E CONTROLO DE REFEIÇÕES, LIMPEZA EM CONTEXTO ESCOLAR E VIGILÂNCIA EM TRANSPORTE ESCOLAR PARA O SECTOR DE EDUCAÇÃO:**

Presente para aprovação e ratificação da Assembleia Municipal, a deliberação tomada na reunião de 26 de dezembro de 2012, sobre o processo do Concurso Público nº 20/2012 para “Aquisição de serviços de acompanhamento, vigilância e controlo de refeições, limpeza em contexto escolar e vigilância em transporte escolar para o sector educação”, ratificando o despacho de 21/12/2012 do Sr. Presidente da Câmara, pelo qual e face ao respetivo Relatório Final datado de 20.12.2012, subscrito pelo júri nomeado para o efeito, adjudica o serviço à Clece, S.A. Sucursal Portugal, pelo valor de 102.025,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra à Dr.ª Elisabete Soares Moreira da Rocha**, que informou que o processo já foi apresenta à Assembleia para efeitos de obtenção do Parecer Prévio, encontrando-se na fase de apresentação do Relatório Preliminar e Relatório Final para aprovação da adjudicação do procedimento, para que em janeiro próximo haja as escolas funcionem plenamente com os transportes escolares e as refeições.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a adjudicação da “Aquisição de serviços de acompanhamento, vigilância e controlo de refeições, limpeza em contexto escolar e vigilância em transporte escolar para o sector educação” à Clece, S.A. Sucursal Portugal, pelo valor de 102.025,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ratificando a deliberação da Câmara Municipal de 26 de dezembro de 2012 da Câmara Municipal, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e duas

27-12-2012

abstenções do deputado municipal Independente, Sr. José do Nascimento Peres e Sr. Eng. Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos.-----

**Ausentou-se da sessão o deputado municipal, Sr. António Gomes.**-----

**11. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL:** Nos termos da alínea e) do artigo 53.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente para apreciação, informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 19 de dezembro de 2012, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu ainda conhecimento dos seguintes compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal, ao abrigo da deliberação desta Assembleia, tomada em 27-04-2012:-----

CP Nº18/2012 – Aquisição de Serviços para Transportes Escolares;-----

ADN Nº 22/2012 – Aquisição de Serviços de Plataforma de Contratação Pública;--

ADN Nº 28/2012 – Aquisição de Serviços para o fornecimento de Refeições na EB1, 2 do Búzio;-----

ADN Nº29/2012 - Aquisição de Serviços Técnicos Especializados para o Serviço de Desporto e Tempos Livres;-----

ADN Nº 30/2012 – Aquisição de Serviços de Formação no âmbito da optimização do modelo de gestão de implementação do Modelo EFQM;-----

ADN Nº 31/2012 – Aquisição de Serviços para fiscalização do Centro Escolar de Macieira de Cambra EB2/Búzio;-----

ADN Nº 34/2012 – Aquisição de Serviços Jurídicos para Acção Administrativa Comum 823/12 BBEAVR – TAF Aveiro-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Municipal e dos compromissos plurianuais acima descritos.-----

27-12-2012

De seguida foi dada a palavra aos deputados municipais para manifestarem as suas opiniões no âmbito da atividade municipal.-----

O Sr. Dr Carlos Alberto de Sousa Matos propôs a realização de um debate sobre o IMI e propôs a criação de um sistema sério, justo e transparente pelo qual seja devolvida a verba arrecadada pelo IMI a famílias com graves carências financeiras, em especial idosos com baixas reformas.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** disse que neste ano essas famílias não iriam pagar o IMI, devido à falta de rendimento. Sabe que, por exemplo, em Arões, as famílias mais carenciadas estão a receber cartas das Finanças, comunicando-lhes que não há lugar ao pagamento do imposto.-----

**12. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou por maioria de vinte e cinco votos a favor, com o voto contra do Senhor Manuel Correia de Campos, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos secretários. Agradecendo o trabalho e colaboração de todos os deputados municipais, desejou a todos um feliz ano de 2013.-----

O Presidente \_\_\_\_\_

O 1º Secretário \_\_\_\_\_

O 2º Secretário \_\_\_\_\_

*Este texto respeita o novo acordo ortográfico*-----

-----  
-----  
-----  
-----